

I CONACSO - Congresso Nacional de Ciências Sociais: desafios da inserção em contextos contemporâneos. 23 a 25 de setembro de 2015, UFES, Vitória-ES.

O “desenvolvimento” e os atingidos pela Hidrelétrica de Irapé no Alto Jequitinhonha

Renata Cristina Santos – UFVJM

Resumo: A partir do “Programa Novo Jequitinhonha”, na década de 80, é prevista a disseminação de barragens, entre elas a Usina Hidrelétrica de Irapé, inaugurada em Junho de 2006. Pretende-se verificar o processo de implantação da Hidrelétrica de Irapé e como o conceito de “desenvolvimento” é utilizado para justificar a sua implantação. O conceito de “desenvolvimento” é discutido sob várias perspectivas, entre elas a que o associa ao crescimento econômico. Existe ainda, uma visão mais abrangente que o associa a outras formas de “desenvolvimento”, como o social, econômico, político, cultural. No entanto, projetos como a Hidrelétrica de Irapé baseiam-se na ideia de “desenvolvimento e progresso”, o que “justifica” sua implantação, mesmo em detrimento de milhares de atingidos que tiveram que deixar seus territórios. Desta forma, este trabalho, baseado em análise bibliográfica e pesquisa de campo pretende mostrar, que nem todos os moradores do Vale do Jequitinhonha compartilham da visão dominante de desenvolvimento e, não querem ter suas vidas modificadas por empreendimentos desenvolvimentistas e que, a implantação da Hidrelétrica de Irapé no Vale do Jequitinhonha promoveu a desterritorialização de atingidos, ocasionando mudanças nas práticas culturais e nos modos de vida dos reassentados no Alto Jequitinhonha.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha; atingidos; territorialidade.

1 A Hidrelétrica de Irapé e o conceito de “desenvolvimento”

A partir de análises realizadas por Zhouri e Oliveira (2005), verifica-se que houve, no início da década de 1980, uma nova frente de expansão por intermédio do “Programa Novo Jequitinhonha”, que previa a disseminação de projetos de barragem para geração de energia, entre elas a Usina Hidrelétrica de Irapé. Nesse sentido, especificamente em 1986, de acordo com Zucarelli (2006), a partir do “Programa Novo Jequitinhonha”, é prevista a construção de dezesseis hidrelétricas, onze delas no rio Jequitinhonha, entre elas a hidrelétrica de Irapé.

Conforme Hermet (2002), até o século XIX, ainda não se falava de desenvolvimento, mas apenas de progresso. De acordo com o mesmo autor, no período de consolidação do Estado, no Brasil, e de suas agências econômicas, surge, a partir de 1945, a ideologia “desenvolvimentista”, sob influência de orientação política dos Estados Unidos. A questão econômica é então utilizada para atrair os povos considerados deserdados da África, Ásia e da América Latina. Surge, nesse contexto, o conceito de subdesenvolvimento, utilizado pelo presidente norte-americano Harry Truman no “Discurso sobre o estado da União”. De acordo com o presidente, era necessário utilizar o progresso científico e a indústria para a promoção de melhorias das condições de vida e crescimento econômico nas regiões subdesenvolvidas.

Conforme Steva (2000), no discurso de posse realizado por Truman, é definido quem é desenvolvido e subdesenvolvido¹. Criava-se, assim, uma percepção do “eu” e do “outro” e, conseqüentemente, ideias de discriminação começaram a ser elaboradas em relação às diversas sociedades que passaram a ser consideradas como subdesenvolvidas. Steva (2000) verifica, ainda, que o conceito de desenvolvimento, sofreu outras mudanças quando o termo passou a ser reduzido ou associado ao crescimento econômico.

¹ Conforme Steva (2000), a era desenvolvimentista teve início com Truman. No entanto, o termo subdesenvolvimento havia sido utilizado anteriormente. Wilfred Benson, membro do Secretariado da Organização Mundial de Trabalho, provavelmente cria a palavra, quando em 1942, ao escrever suas bases econômicas, faz referência às “áreas subdesenvolvidas”.

Hermet (2002), por sua vez, considera que, na América Latina, as ideologias² de desenvolvimento conservavam até período recente uma lógica “macroeconômica”. Existia, dessa forma, um apreço pelas elites e desprezo direcionado ao “microdesenvolvimento”, ou menosprezo pelos sentimentos das pessoas comuns.

E não deixou de ser característico nas épocas do “desenvolvimento” triunfante e do “antidesenvolvimentismo”, durante o período compreendido entre 1950 e 1970. Subsistiu com a mesma força ou até com mais força ainda depois da brutal virada “neoliberal” posterior a 1980 e começa apenas a dissipar-se sob o impacto dos estragos ocasionados pela abertura dos intercâmbios, (...) e o relativo questionamento do papel do Estado (HERMET, 2002 p.26).

Júnior (1999), por sua vez, considera a problemática de nosso tempo como centralizada em torno do “desenvolvimento”. Nesse sentido, o “desenvolvimento” seria considerado condição para assegurar ao país e ao povo conforto e bem-estar. Dessa forma, estariam justificadas as atenções e preocupações a respeito do desenvolvimento. Conforme Júnior (1999), o “desenvolvimento” tem alicerce no crescimento econômico, ou a teoria do “desenvolvimento” se desdobra a partir da teoria econômica, devido às análises e explicações baseadas nos ciclos econômicos que impactam a vida nas sociedades modernas.

Martins (1999), por sua vez, elabora também análises relacionadas ao crescimento econômico e ao desenvolvimento social. De acordo com este autor, a ênfase no crescimento também não é nova, pois lembra confrontos da mesma época dos anos de 1950 e 1960 e no período militar. Seja como for,

Uma preocupação, porém, que poderia e deveria ser desdobrada criticamente para que pudéssemos também, examinar a hipótese oposta e alternativa de que, no fim das contas, é a modalidade de crescimento econômico o que, na verdade, bloqueia o desenvolvimento social e político da sociedade brasileira. A melhor alternativa de interpretação, porém (...) é a de que esses fatores e condições se combinam numa espécie de causalção circular e cumulativa (...) (MARTINS, 1999, p. 53).

As referidas preocupações não são novas. De acordo com Martins (1999), nos anos de 1950, Florestan Fernandes já discutia a superação dos constrangimentos ao desenvolvimento e à modernização no âmbito das classes subalternas e das populações pobres, rurais e urbanas. Octavio Ianni também trabalhou de maneira crítica com a concepção de crescimento econômico, de modo a analisar as dificuldades representadas pelo atraso da economia brasileira. Segundo Martins:

² De acordo com Hermet (2002), o conceito de ideologia utilizado diz respeito ao conjunto de diferentes crenças, princípios de atitudes, que governaram na América Latina, as representações e práticas econômicas de maneira rígida, que contribuíram para encobrir a caráter dos modelos dominantes em momentos sucessivos.

Ao invés da concepção quantitativa e linear de crescimento (econômico), Ianni sugeria a concepção dialética de desenvolvimento (histórico) que levasse ao exame das contradições estruturais (e, portanto, políticas e de classe) que erguiam obstáculos às transformações na sociedade brasileira (MARTINS, 1999, p.56).

Martins (1999) revela ainda que as referidas preocupações ganham consistência no marco do desenvolvimento juscelinista, nos anos de 1950, em um clima de preocupação com a superação do atraso econômico e de pouca preocupação com o atraso político, representado pelo clientelismo das oligarquias regionais. Neste sentido, para o autor, a experiência transformadora do governo de Juscelino Kubitschek assegura “apoio para seu projeto de desenvolvimento econômico e de modernização da sociedade brasileira, supondo que as elites regionais e oligárquicas, beneficiárias do atraso e por ele responsáveis, legitimariam seu poder modernizador” (MARTINS, 1999, p.59).

Conforme Ribeiro (2008), o “desenvolvimento” está relacionado com diversas visões e posições políticas, vinculam-se ainda, à expansão econômica. Em decorrência, são ocasionadas lutas de poder entre instituições e atores, onde os mais poderosos entre estes últimos podem ser designados como “indústria do desenvolvimento”. Os atores e instituições que detém menor poder sofrem consequências devido às atitudes das instituições e atores de desenvolvimento comprometerem e destruírem povos indígenas, ribeirinhos, suas formas culturais e as relações com seus territórios, através, por exemplo de reassentamentos construídos por empresas.

Sem desconsiderar o papel do econômico, outras análises associam também outros fatores ao desenvolvimento, como a liberdade de expressão, de participação política, entre outros. Sen (2010) considera o desenvolvimento como um processo que diz respeito à expansão das liberdades das pessoas. Dessa forma, as referências às liberdades divergem das visões de desenvolvimento relacionadas com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB), industrialização, avanço tecnológico, modernização social.

Aproximando-se das análises realizadas por Zhouri (2005) e Zucarelli (2006), quanto a considerar o “desenvolvimento” associado não somente ao fator econômico, Sen (2006) afirma que tais liberdades devem depender de fatores como disposições sociais e econômicas, serviços de educação e saúde e direitos civis. “De forma análoga”, resume o autor, “a industrialização, o progresso tecnológico ou a modernização social podem contribuir substancialmente para expandir a liberdade humana, mas ela depende também de outros fatores” (SEN, 2010, p. 16).

Paula (2011) também sugere que o conceito de desenvolvimento deve abranger outras formas de “desenvolvimento”. Segundo o autor, o conceito passa por modificações, depende de métodos que são utilizados para explicá-lo e sempre foi definido historicamente, além de revelar situações de dominação capitalista. A conceituação de desenvolvimento de Paula (2011) aproxima-se, assim, do conceito de fato social de Mauss,³ porquanto o desenvolvimento somente pode ocorrer quando outras formas de desenvolvimento estiverem envolvidas, ou quando o desenvolvimento social, econômico, político, cultural, institucional, ambiental também existirem. O desenvolvimento precisa existir de maneira total, não apenas associado ao econômico, mas associado às outras formas de desenvolvimento, ou de acordo com o autor em questão, precisa ser fato social total.

Ao analisar o papel dos mercados como associado ao desenvolvimento, Sen (2010), não desconsidera a contribuição do mercado para crescimento econômico e considera essencial uma condução apropriada dos negócios do Estado.

É difícil pensar que qualquer processo de desenvolvimento substancial possa prescindir do uso muito amplo de mercados, mas isso não exclui o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer -ao invés de empobrecer- a vida humana (SEN, 2010, p. 22).

Entretanto, Sen (2010) enfatiza a necessidade de remoção das principais fontes que privam a liberdade, como a pobreza, a carência de oportunidades econômicas, a negligência dos serviços públicos e a intolerância ou interferência de Estados repressivos.

De acordo com as explanações acima, a concepção de desenvolvimento esteve associada ao crescimento econômico, ou seja, o desenvolvimento apenas seria alcançado de modo quantitativo ou a partir de índices que comprovassem sua concretização. Nesse sentido, para Zhou et al. (2005), a ideia de “desenvolvimento e progresso” orienta o processo de modernização do país e sua inserção no contexto de globalização econômica, mesmo que, para que hidrelétricas sejam instaladas, comunidades rurais sejam deslocadas de seu território.

Dessa maneira, se considerarmos as explanações referentes à associação entre crescimento econômico e “desenvolvimento”, “justifica-se” a instalação da Irapé como meio de implementar o “desenvolvimento” na região do Vale do Jequitinhonha, devido à

³ Conforme Mauss, “alguns fatos sociais, como a dádiva, eram capazes de atravessar, de fazer interagir todo o complexo social, do individual ao coletivo, do sincrônico ao diacrônico”. (PAULA, 2011, p. 34).

visão que normalmente o associa à ideia de “Vale da pobreza”. No entanto, os projetos em geral, considerados desenvolvimentistas não promovem o desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha, visto que a maioria da população da região não é beneficiada.

Segundo análise de Zhouri et al (2011), nem todos os moradores do Vale do Jequitinhonha compartilham da visão dominante de desenvolvimento, e não querem ter suas vidas modificadas por empreendimentos desenvolvimentistas. Algumas comunidades, como as ribeirinhas, por exemplo, possuem um modo próprio de produção econômica, social e cultural. Entretanto, isso não significa dizer que não há um reconhecimento da necessidade desenvolvimento de suas formas produtivas ou a exclusão do econômico. Como afirma os autores, sobre as comunidades ribeirinhas.

A sua rejeição aos projetos desenvolvimentistas não significa o desejo de estagnação ou de permanência em uma espécie de passado contínuo. Ao contrário, querem participar e produzir o desenvolvimento da região, com base nas condições locais, moldando o seu próprio destino (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2011 p. 186).

A fala a seguir, confirma a afirmação da Zhouri, e corresponde a resultado de minha pesquisa junto aos reassentados no município de Diamantina. É possível perceber como um atingido pela hidrelétrica de Irapé justifica que não é contra o progresso, mas é contra a maneira como o progresso é instaurado. Em uma reunião com representantes de Grão Mogol, o atingido e uma equipe, da qual participavam professores universitários, comenta sobre o progresso. O atingido compreende a importância da transparência no processo que envolve a instalação de uma barragem e como a instalação deve beneficiar primeiro os atingidos. Em conversa com um prefeito, o senhor J⁴:

nós não somos contra o progresso, nós somos contra o progresso da maneira que ele é chegado, sem muitas vezes, chega até você que é prefeito e não chega lá na grota onde que está um morador lá e sobrevive lá, às vezes de um quintalzinho de uma rocinha lá. E então nós estamos aqui pra falar pro senhor o seguinte, que todo o progresso ele tem que chegar até o cidadão mas, quando ele, beneficia primeiro quem é atingido (...). Então, por isso que nós viemos cá, pra falar pra conversar com o senhor isso, que a gente trabalha e nós não somos contra o progresso, nós queremos fazer com que o progresso chegue até o cidadão de uma maneira transparente, da maneira transparente, não chegando sufocando do modo que é construído até hoje no Brasil e do progresso que vem de interesse dos grandes. (J., Entrevista, 06/12/2014)

Para Zucarelli (2006) as políticas públicas que propõem desenvolver a região são o reflexo do contrário. Segundo o autor mencionado:

⁴ Para resguardar os atingidos entrevistados, optou-se por identificá-los pela primeira letra do nome.

São projetos impositivos, alienados das condições ecológicas e societárias do lugar, e que geralmente repercutem na exclusão dos pequenos agricultores. O modelo de desenvolvimento sugerido pelo governo estadual, fundado em padrões de vida urbano-industrial, torna-se contrário à complexa relação dos pequenos proprietários com as formas de concepção, apropriação e usos de suas terras e de suas dádivas naturais (ZUCARELLI, 2006, p. 56).

Conforme o pesquisador, as opiniões de moradores do Vale do Jequitinhonha divergem do discurso econômico do Estado e evidenciam a importância da agricultura familiar. Eles relatam ainda a importância de parcerias e acordos realizados junto com os moradores do Vale do Jequitinhonha (ZUCARELLI, 2006).

Dessa maneira, os projetos que “procuram desenvolver” o Vale do Jequitinhonha, a partir de políticas econômicas, resultam na expropriação de comunidades de seus territórios, como ocorreu com milhares de pessoas, desapropriadas pela implantação da usina hidrelétrica de Irapé. Nas palavras do autor, “a construção da usina de Irapé é, assim, mais um exemplo da perpetuação de um dado modelo econômico instituído para o Vale do Jequitinhonha” (ZUCARELLI, 2006, p. 57), que promove modificações socioculturais nos modos de vida das populações desalojadas. E de acordo com o pesquisador, que faz prevalecer o privado “sob a égide de uma “cultura do bem comum”. Essa “cultura” que pressupõe que todos teriam um futuro melhor, maior qualidade de vida, enfim, uma melhoria de “comum acordo” (ZUCARELLI, 2006, p. 57). Dessa forma, a visão desenvolvimentista continua presente no Brasil, e faz com que o Estado de MG, empresas e as elites mineiras viabilizem a implantação de obras, como a Irapé.

1.1 Atingidos pela hidrelétrica de Irapé

A Hidrelétrica de Irapé encontra-se localizada no rio Jequitinhonha, o acesso ao eixo do barramento se dá a partir da ligação entre a Rodovia BR 367. A barragem é considerada um empreendimento de enormes extensões. O lago da Hidrelétrica em questão abrange sete municípios: Cristália, Berilo, Grão Mogol, Botumirim, Leme do Prado, José Gonçalves de Minas, Turmalina. Dos remanejamentos ocorridos, 565 famílias foram reassentadas em 18 municípios. Depreende-se que muitas famílias foram reassentadas em outros municípios, que não os de origem.

A comunidade, analisada ao longo da pesquisa, encontra-se situada na fazenda denominada Riacho da Porta, localizada à margem direita do Rio Jequitinhonha, no município de Diamantina. A fazenda possui uma área de 2033,96 hectares, dividida em 17 lotes. Os atingidos reconhecem que quatorze famílias foram reassentadas pela Cemig. No entanto, outra família atingida também foi reassentada no mesmo local, o que configura a existência de reassentamento de quinze famílias. A mudança das famílias para a fazenda aconteceu na primeira semana de Setembro de 2005, e era feita de duas ou três famílias por vez.

A disposição das quatorze famílias na fazenda, respeitou de maneira significativa a forma de distribuição das casas, construídas no antigo território. Tal atitude evitou conflitos por parte dos atingidos que aceitaram a proposta de manter a ordem de existências das moradias no antigo município. No entanto, pequenas mudanças foram notadas, houve uma troca consensual entre dois moradores, porque uma das referidas famílias queria ficar mais próxima da casa dos pais.

Com relação às quinze famílias que se mudaram para a fazenda, e às mudanças na comunidade, um reassentado vendeu as terras para outra família porque possuía um filho que precisava de cuidados médicos, e um outro reassentado também vendeu a terra, porque a esposa trabalhava próximo as terras de onde vieram, mas ainda frequenta a comunidade. De acordo com os reassentados, existem na fazenda dois lotes vagos, que seriam dos reassentados de Cana Brava e que se recusaram a deixar as terras de origem.

De acordo com os moradores, existem, na atual comunidade, vinte e duas famílias, que originaram dos casamentos dos filhos dos reassentados. Alguns se casaram com mulheres que viviam próximas das localidades de Virgem da Lapa, e um deles se casou com uma moça de Diamantina. Foi mencionada por alguns reassentados, a existência de outro morador que também vive na fazenda Riacho da Porta, trata-se de um dos herdeiros da fazenda, que segundo relatos dos atingidos, se recusou a deixar a fazenda. Tal morador, posteriormente comprou alguns hectares de terra de um dos reassentados, e atualmente vive junto dos atingidos.

A seguir, comenta-se um pouco sobre algumas mudanças sofridas pelos atingidos. Foram verificadas mudanças na maneira de celebrar as cerimônias religiosas e no modo de

produção da comunidade atingida. Tais mudanças resultam do processo de deslocamento sofrido pelos atingidos.

1.2 A religiosidade

Algumas práticas religiosas continuam sendo realizadas pelos atingidos ao longo do ano. Comemora-se, por exemplo, a festa de São Pedro, no mês de Junho. Este ano, a festa de São Pedro aconteceu nos dias 27 e 29 de Junho, onde foi celebrada uma missa, seguida de “levantar o mastro”, em seguida ocorreu um leilão, e por fim foi servida comida para todos que estiveram na comunidade celebrando a festa. Os reassentados mencionam a participação de parentes que moram próximos das terras em que viviam. Sendo assim, a festa de São Pedro faz com que os parentes possam se reencontrar novamente.

Algumas mudanças são notadas pelos reassentados, no momento anterior ao processo de deslocamento, a comemoração de São Pedro acontecia com mais tranquilidade, havia uma procissão que ocorria durante o dia, e não havia pressa para acabar. Atualmente todos os rituais da festa são realizados todos em um único momento e durante a noite. Algumas mudanças foram comentadas pela reassentada, M. H.:

(Pesquisadora: A festa de São Pedro esse ano, foi muito diferente da festa que era lá?)

M. H.: Um pouco diferente, que lá tudo assim, lá tinha mais tempo pra tudo, era procissão, lá tinha procissão durante o dia, do andor era diferente (...), quando era a noite tinha a procissão da bandeira, tinha a levantação do mastro, aqui o padre já chega à tarde, só tem a procissão da bandeira só. É diferente, lá a gente fazia caminhada com o andor (M.H., Entrevista, 26/07/2015).

No território alagado, comemorava-se também a novena de Nossa Senhora de Lourdes, no mês de Maio. Na comunidade atual, as rezas acontecem durante o referido mês, no primeiro dia e no último do mês, toda a comunidade se reúne na casa de um reassentado para terminar a novena, é servido um café e biscoito para finalizar a comemoração. A diferença entre a realização da cerimônia atual e a anterior era a existência uma pequena igreja feita por uma família da comunidade especificamente para a novena de Lourdes.

A construção do referido local surgiu devido à demanda dos moradores que ficavam na casa do reassentado para a reza de Lourdes, também havia na casa um altar no quarto. Devido à quantidade significativa de pessoas, surgiu a ideia de construir um local para realizar a celebração, e atualmente não há na comunidade a existência de um local separado para a novena, que é realizada na casa da família do reassentado. A novena mencionada era considerada na antiga comunidade como novena de Zé Martins. Entretanto, a atual igreja construída na fazenda, não foi construída para rezar a referida novena, pois tratava-se de uma novena da família do José Martins.

Outra diferença com relação às festividades no território anterior à mudança, diz respeito à festa do Divino do município de Turmalina. A festa mencionada iniciava nos meses de Maio, Junho e Julho, e o giro do Divino começava na casa de um morador e era levado às demais casas da comunidade de Cana Brava e arrecadava-se dinheiro para comemorar a festa do Divino em Turmalina no mês de Julho. Comemora-se também a festa do Divino na fazenda, que aconteceu somente em um único dia deste ano, e o dinheiro arrecadado com o giro fica para a celebração de São Pedro ou para a igreja. Este ano comemorou-se em Junho, com o giro indo as casas dos moradores da comunidade, e termina com um jantar servido a todos os participantes, reza-se o terço acompanhado de um leilão.

Quanto às festividades religiosas, é possível notar um esforço dos reassentados para que tais cerimônias continuem a ser celebradas, não exatamente da maneira que eram realizadas antes, mas de modo a tentar manter a identidade da comunidade.

Nota-se também que, as comemorações antes realizadas no outro território permanecem vivas na memória. As comemorações, realizações e as tentativas de continuidade das festas fazem com que a ruptura provocada pelo deslocamento rompa com algumas estruturas do grupo, promovendo alterações nas realizações das celebrações, pois o território anterior não existe mais. No entanto, para não se sentir perdido, existe a busca de ponto de apoio, de modificações nas maneiras de realizar as comemorações, de interagir com o território ocupado, para que as lembranças possam sobreviver e identidade possa ser preservada. (LUCENA, 1997). No entanto, dificilmente as práticas realizadas pela comunidade atingida, como as religiosas poderão ser novamente reproduzidas da maneira que eram realizadas antes do deslocamento.

1.3 Entre “territórios”

Assim como no caso das transformações observadas nas práticas religiosas, foram verificadas mudanças na maneira de produção da comunidade, decorrentes do processo de territorialidade, considerado como o esforço de um grupo para usar e ocupar, controlar o ambiente, Little (2003), foi possível identificar o esforço da comunidade pesquisada na construção de uma “nova territorialidade”.

Foram verificadas tentativas de adaptação nas terras da fazenda, onde há produção de alimentos para consumo e para comercializar em outras localidades. De acordo com os atingidos, no primeiro ano em que se mudaram para a fazenda, houve uma produção considerável de alimentos. Nota-se assim, a importância da terra para os reassentados, pois muitos justificam a escolha da terra porque eram boas para produção.

No entanto, o processo de desterritorialização dos atingidos, processo desencadeado pelo Estado e pela Cemig, que promove destruição de formas culturais de comunidades atingidas, “de uma desterritorialização como perda de acesso à terra, terra vista não só no seu papel de reprodução material, num sentido físico (...), mas também como *locus* de apropriação simbólica” (HAESBAERT, 2005, p. 1772), a importância da terra em que viviam os atingidos se manifesta, alguns reassentados ainda sentem falta das terras de origem, e por isso, visitas ainda são feitas. Há poucos meses um atingido foi novamente com alguns filhos em Cana Brava, mesmo com a derrubada da casa, ele ainda sente falta da morada e do antigo lugar e pretende fazer uma construção no território modificado pela represa. De acordo com a esposa do atingido, ele ainda não esqueceu o local. Em entrevista com o senhor A., a saudade do lugar onde vivia também se manifesta quando retorna ao local de origem:

(Pesquisadora: De vez em quando o senhor volta lá? O senhor lembra quando foi a última vez?)

A última vez foi em Outubro do ano passado, eu estive descendo de pé, andando nas beiras lá, onde nós moramos.

(Pesquisadora: o senhor sente falta?)

A gente fica recordando o tempo que a gente conviveu ali era uma vida sofrida, que nem estrada não tinha (...) a gente fica recordando o tempo que a gente viveu ali e tem saudade. (A., Entrevista, 26/07/2015)

Em outra entrevista, verifica-se a importância do território de herança dos atingidos, e ainda existe um forte apego ao lugar onde viviam.

Que é da família, é da família que veio do meu bisavô, é tataravó, né, que a vó, a tataravó era escrava. Então, por isso eu falo para você, a gente tem amor na terra no lugar que nasceu, você sai você constrói outra história, mas quando da uma trevazinha a gente quer ir lá para ver e acontece que eu vou lá, eu chego no aterro da casa eu olho puxa vida, eu pego a chorar, eu pego a chorar porque se lembra do tempo de infância. (J., Entrevista, 06/12/2014)

Alguns reassentados ainda sentem falta do local onde nasceram, e fazem planos de fazer uma casa, para que as visitas possam ser feitas com maior frequência, pois não esqueceram o lugar, mesmo após o processo de mudança do lugar, sem a existência das casas originais e de todos os moradores.

Nas casas atuais, as reminiscências do passado ainda estão presentes, e muitos moradores aumentaram as casas. Entretanto, muitas ainda guardam lembranças das residências originais. Os quintais também lembram os quintais das antigas moradas, pois grande parte dos reassentados ainda constroem lugares para guardar os produtos que produzem de modo muito semelhante aos que existiam nas antigas terras. Dessa maneira, a presença das antigas lembranças também se materializa no vínculo que ainda existe com o antigo município.

A presença de relações sociais existentes com o território anterior também se revela quando alguns reassentados precisam vender os produtos da atual fazenda em municípios vizinhos. Apenas uma família de reassentados vende seus produtos no município de Diamantina, outros comercializam com municípios vizinhos como Olhos D'Água, e também em Turmalina, município onde era vendido anteriormente. Em entrevista com o senhor A:

(Pesquisadora: Vocês produzem só para casa ou vocês vendem em outro lugar?)

A: Não, produz pra vender.

(Pesquisadora: Vocês vendem onde?)

A: Para todo lado, para região aqui mesmo, Bocaiúva, Olhos D'Água, Diamantina, Turmalina, é o lugar que a gente veio, a gente tem contato muito grande com o pessoal de lá, né, então a gente tem muita facilidade para negociar com o pessoal de lá, até por telefone mesmo você negocia, eles buscam a gente leva. (A., Entrevista, 26/07/2015)

Dessa forma, trata-se de uma territorialidade que se constrói, que se faz com a presença dos antigos lugares e lembranças, onde existem ainda comportamentos que

tentam lembrar os realizados no antigo território, como a distribuição das casas, mencionada anteriormente. Outro fator observado, e que revela a existência de vínculo com o antigo território, diz respeito a relação com os antepassados, com os mortos. Fato revelado devido a um enterro de um morador de Riacho da Porta, até o momento houve apenas uma morte na comunidade, e seu enterro se deu no antigo município, próximo as terras onde moravam e onde os mortos da comunidade eram enterrados. Sobre o enterro na fazenda, disse uma das entrevistadas:

G: (...) agora, depois que nós estamos aqui, já morreu só uma pessoa e enterrou em Caçaratiba.

(Pesquisadora: e foi enterrar lá?)

G: Foi, ele era de lá eles quis ser enterrado lá, né, pois era o cemitério onde os parentes estão enterrados, achou melhor enterrar lá (G., Entrevista, 28/02/2015).

Os processos referidos revelam características do processo de reterritorialização.

Segundo Appadurai:

A reterritorialização pode envolver o esforço de criação de novas comunidades residenciais localizadas (acampamentos, campos de refugiados, albergues) que se fixam não num imaginário nacional, mas apenas num imaginário de autonomia local ou de soberania de seus recursos. Nestas comunidades em “trânsito”, há com frequência um esforço no sentido de criar e defender várias formas de direitos (formais ou informais, legais ou ilegais) que permitam que a comunidade deslocada continue a ser reproduzir sob condições instáveis ao garantir acesso confiável aos meios materiais para reprodução: água, eletricidade, segurança pública, empréstimos bancários. (APPADURAI, 1997, p. 11)

No contexto exposto acima, os reassentados da fazenda, mesmo em situações típicas do processo de reterritorialização, procuram dar continuidade às vidas, coexistindo a presença das memórias, do passado e do território atual com sua vivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados aqui apresentados tornaram visíveis as mudanças na realização de práticas culturais dos atingidos pela Hidrelétrica de Irapé, reassentados no município de Diamantina, no Alto Jequitinhonha, mudanças na maneira de realizar as comemorações religiosas e no modo de produção da comunidade. Apesar de os atingidos terem conquistado o direito de escolher um novo local para morar, verifica-se o rompimento de alguns laços de parentesco, pois nem todos os moradores da localidade optaram pela

mudança junto com os demais parentes e conhecidos. Mesmo decorridos quase dez anos de deslocamento compulsório, alguns atingidos ainda sentem falta do território modificado pela represa. Dessa maneira, a ideia de justificar a implantação da Hidrelétrica de Irapé, baseada no suposto “desenvolvimento” econômico do Vale do Jequitinhonha, não revela as dificuldades vivenciadas pelos atingidos que tiveram suas vidas modificadas e não condiz com a realidade de muitos moradores do Vale que não queriam as referidas mudanças nos seus modos de vida.

REFERÊNCIAS

APPADURAI, Arjun. **Soberania sem territorialidade: notas para uma geografia pós-nacional**. Novos Estudos Cebrap. n. 49, novembro 1997. pp 7-32.

HERMET, Guy. **Cultura e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2002.

HAESBAERT, Rogério. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Encontro de Geógrafos da América Latina**, 10., 2005, São Paulo. Anais. São Paulo: EDUSP, 2005.1 CD-ROM.

JÚNIOR, Caio Prado. **História e desenvolvimento: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LITTLE, Paul Elliot. “Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. In: **Anuário Antropológico**, 2002/2003, pp. 251-290.

LUCENA, Célia. Tempo e espaço na “arte da memória”. In: SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes (org). **Os desafios contemporâneos da história oral**. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso: Ensaios de Sociologia**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MICHERIF, Marcelo; SILVA, Victor Aluísio. C. Cemig Inaugura Irapé. In: **Informativo Irapé**. Belo Horizonte: Cemig nº 3, mai/jun.2006.p.04-05.

PAULA, João Antônio de. Desenvolvimento: tentativa de conceptualização. In: SOUZA, João Valdir Alves de; PIMENTEL, Maria das Dores Nogueira (org). **Vale do Jequitinhonha: Desenvolvimento e sustentabilidade**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Poder, redes e ideologias no campo do desenvolvimento**. São Paulo: Novos estudos- CEBRAP, 2008. Disponível em: [www. scielo.br](http://www.scielo.br)

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das letras, 2010.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento, água e mudança social: experiências no Vale do Jequitinhonha. In: SOUZA, João Valdir Alves de; NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (orgs.) **Vale do Jequitinhonha: Desenvolvimento e Sustentabilidade**. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2011.

ZHOURI, Andréia; OLIVEIRA, Raquel. Paisagens industriais e desterritorialização de populações locais: conflitos socioambientais em projetos hidrelétricos. In: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (orgs) **A insustentável Leveza da Política Ambiental: Desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2005.

ZUCARELLI, Marcos Cristiano. **Estratégias de Viabilização Política de Irapé: o (des) cumprimento de normas e o ocultamento de conflitos no licenciamento ambiental de hidrelétricas**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2006. Dissertação (Mestrado em Sociologia).